

HABEAS CORPUS Nº 547.884 - SP (2019/0353458-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : EUGÊNIO CARLO BALLIANO MALAVASI E OUTRO
ADVOGADOS : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
PATRICK RAASCH CARDOSO - SP191770
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR MATTAR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de CESAR MATTAR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, negando provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa, manteve a condenação do ora paciente, determinando a execução provisória da pena tão logo esgotados dos recursos ordinários.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o Juiz sentenciante teria garantido ao ora paciente o direito de recorrer em liberdade da condenação e que não estaria demonstrado qualquer fundamento idôneo para a decretação cautelar.

Ressalta, para tanto, que, "*em face dos julgamentos das ADCs julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, a interpretação constitucional encontra-se preservada, bem como a patente constitucionalidade do artigo 283 do Estatuto Adjetivo Penal*" (e-STJ fl. 15).

Diante disso, requer a concessão da ordem para que seja garantido ao paciente o direito de recorrer aos tribunais superiores em liberdade.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o início do cumprimento da reprimenda do paciente foi determinado pelo Tribunal de origem com fulcro, exclusivamente, no julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 126.292/SP.

Contudo, em 7/11/2019, esse entendimento foi superado pelo próprio Excelso Pretório no julgamento definitivo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, em que houve a declaração de constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal e a fixação do entendimento de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.

Assim, em um juízo de cognição sumária, diante da possível ocorrência do alegado constrangimento ilegal no caso concreto, observam-se presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* à concessão da medida de urgência.

Em casos similares, este Superior Tribunal de Justiça, em decisões monocráticas, tem ajustando seu entendimento ao novo posicionamento firmado pela Corte Suprema.

Confira-se, por oportuno, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE

VULNERÁVEL. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

[...]

De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Em face do exposto, concedo liminarmente a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente"

(HC 545.272/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 11/11/2019, DJe 12/11/2019).

Na mesma esteira, colhem-se as decisões proferidas no REsp n. 1.843.197/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 546.090/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 545.829/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; e HC n. 545.648/MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019.

Ante o exposto, **defere-se a liminar** para suspender os efeitos do acórdão impugnado no que diz respeito à execução provisória da pena, até o julgamento do presente *writ*.

Comunique-se o teor da presente decisão ao Tribunal impetrado e ao Juízo processante, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional do ora paciente, bem como, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator